

## **Entrevista n.º: 124**

Entrevistado: **João Antônio da Silva**

Cargo: Desembargador aposentado

Data: Vinte e sete de junho de 2005

Local: Museu da Justiça

Duração: 28 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha

Sumário: Gilmar de Almeida Sá

### **Sumário**

Dados pessoais: Data e local de nascimento (1932 em Niterói), Universidade e data e colação de grau, UFF, por volta de 1959. A troca do cargo de delegado de polícia pelo de juiz de direito. O concurso para magistratura do antigo estado do Rio de Janeiro em 1968. A facilidade em adaptar-se a nova carreira. As comarcas por que passou na primeira instância. O relacionamento, enquanto juiz, com advogados e promotores. A vida como juiz nas comarcas do interior do antigo estado do Rio de Janeiro: As poucas amizades, o cuidado com a imagem. A diferença em relação à vida do magistrado na cidade do Rio de Janeiro. As vantagens da fusão para a magistratura do antigo estado do Rio de Janeiro. O episódio do “ônibus 174”, em que enviou policiais militares a júri. O episódio da decretação da prisão de Edir Macedo: Relator do *habeas corpus* no Tribunal de Alçada. Voto vencido em favor da concessão do *habeas corpus*; O recurso ao Supremo Tribunal Federal; Seu voto reproduzido no acórdão do STF. A imprensa e a morosidade da justiça voltando a opinião pública contra o judiciário. Os bons momentos vividos durante parte do período do governo militar. A boa passagem pelo Tribunal de Alçada Criminal. Opinião favorável à extinção dos Tribunais de Alçada no Rio de Janeiro e em todo país. Os juizados especiais e o problema da morosidade da justiça. A passagem pelo Tribunal de Justiça e a aposentadoria em 2002. A experiência na justiça eleitoral. A atuação dos juízes estaduais na justiça eleitoral. A inconstitucionalidade do controle externo do Poder Judiciário por ofensa ao princípio da independência dos Poderes. Opinião contrária à existência do Tribunal do Júri. As distorções do Tribunal do júri nas comarcas do interior. Relato de um episódio em que o réu fingiu ser louco para escapar da condenação. A questão de uma justiça militar para a polícia militar. A importância da experiência para o magistrado. A Lei Orgânica da magistratura e a importância das garantias dos magistrados. Defesa do critério de antiguidade para as promoções. Comentários acerca do atual critério de eleição dos cargos de direção do Tribunal de Justiça. A experiência como professor da escola de formação de oficiais da polícia militar durante o período do governo dos militares: O desconforto na abordagem de determinados temas; A vigilância dos oficiais sobre o conteúdo ministrado. A cassação de um colega, professor universitário. Relato de episódios marcantes em sua carreira de magistrado. Confissão de erro cometido durante o exercício da magistratura por excesso de rigor no cumprimento da lei. Agradecimentos.

